

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.174 - CE (2019/0355194-6)

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : **CELSO LUIZ GRILLO DE LUCCA (PRESO)**  
**ADVOGADOS** : **HÉLIO DAS CHAGAS LEITÃO NETO - CE007855**  
: **VITOR HUGO PONTES BUTRAGO - CE036012**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CELSO LUIZ GRILLO DE LUCCA contra acórdão proferido pela Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no julgamento do HC n. 0629847-92.2019.8.06.0000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 155, § 4º, inciso II, e 288, *caput*, ambos do Código Penal, e art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998 (e-STJ fl. 41).

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a sua liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Argumenta a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 177-179):

[...]

*O Magistrado de 1º Grau, acolhendo o parecer do Ministério Público, através de decisão adequadamente fundamentada (fls. 32/38), nos moldes do que prescreve o art. 93, IX, da Constituição Federal, converteu em preventiva a prisão temporária do paciente e de Pedro Eugênio Leite Araújo, asseverando que, in verbis:*

# *Superior Tribunal de Justiça*

[...]

*Assim sendo, afigura-se necessária a manutenção da segregação preventiva, garantindo-se a ordem pública e assegurando-se a aplicação da lei penal, importando salientar que as condições pessoais favoráveis do paciente não impedem a decretação da prisão preventiva, desde que presentes os requisitos necessários e se as medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, não forem suficientes, caso dos autos, eis que o paciente, acaso em liberdade, poderá, conforme salientado pelo Juiz a quo, obstaculizar as investigações, o que colocaria em risco a própria aplicação da lei penal, haja vista a gravidade e a complexidade do caso em discussão, notadamente pelo elevadíssimo valor que seria objeto do golpe (quase 60 milhões de reais) e pela divisão de tarefas, existindo, inclusive, pessoas responsáveis pela lavagem do dinheiro, o que indica profissionalismo criminoso, consubstanciado em um bem arquitetado projeto delituoso, dele supostamente fazendo parte, ao que consta dos autos, simulação de sequestro, estando patenteada, assim, a insuficiência das medidas cautelares diversas do ergástulo.*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator

